



TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS CIDADES DERIVADAS DE MUDANÇA DE ZONEAMENTO INDUSTRIAL: Um estudo sobre o Bairro Rebouças - Curitiba-PR

Autores:

Eduardo Vacovski - UTFPR - eduardo.1972@alunos.utfpr.edu.br

Simone Aparecida Polli - UTFPR - simonep@utfpr.edu.br

Isaura Alberton de Lima - UTFPR - alberton@utfpr.edu.br

Resumo:

O tema abordado neste estudo consiste no fenômeno das transformações urbanas nas cidades derivadas de mudança de zoneamento industrial. O objeto empírico escolhido é o bairro Rebouças, pertencente a cidade de Curitiba-PR. A metodologia científica empregada corresponde a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo. Pretende-se examinar a herança histórica e patrimonial, a posição do bairro na estrutura urbana da cidade, a sua vocação e alterações ocorridas na legislação municipal. Para tanto, formulou-se o seguinte questionamento: quais formas de intervenção no espaço urbano podem ser identificadas no bairro Rebouças a partir da alteração do zoneamento industrial? O objetivo do presente artigo é conhecer as transformações urbanas derivadas da mudança de zoneamento industrial no espaço urbano ocupado pelo bairro Rebouças em Curitiba-PR. Os resultados da pesquisa demonstram que as transformações urbanas derivadas da mudança de zoneamento industrial no bairro apresentam características de renovação urbana, preservação urbana e reinvenção urbana.

TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS CIDADES DERIVADAS DE MUDANÇA DE ZONEAMENTO INDUSTRIAL:

Um estudo sobre o Bairro Rebouças – Curitiba-PR

RESUMO

O tema abordado neste estudo consiste no fenômeno das transformações urbanas nas cidades derivadas de mudança de zoneamento industrial. O objeto empírico escolhido é o bairro Rebouças, pertencente a cidade de Curitiba-PR. A metodologia científica empregada corresponde a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório e descritivo. Pretende-se examinar a herança histórica e patrimonial, a posição do bairro na estrutura urbana da cidade, a sua vocação e alterações ocorridas na legislação municipal. Para tanto, formulou-se o seguinte questionamento: quais formas de intervenção no espaço urbano podem ser identificadas no bairro Rebouças a partir da alteração do zoneamento industrial? O objetivo do presente artigo é conhecer as transformações urbanas derivadas da mudança de zoneamento industrial no espaço urbano ocupado pelo bairro Rebouças em Curitiba-PR. Os resultados da pesquisa demonstram que as transformações urbanas derivadas da mudança de zoneamento industrial no bairro apresentam características de renovação urbana, preservação urbana e reinvenção urbana.

Palavras-chave: Rebouças; Zoneamento industrial; Transformações Urbanas; Plano Diretor.

INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado neste estudo consiste no fenômeno das transformações urbanas nas cidades derivadas de mudança de zoneamento industrial. O objeto empírico escolhido é o bairro Rebouças, pertencente a cidade de Curitiba-PR. Pretende-se examinar a herança histórica e patrimonial, a posição do bairro na estrutura urbana da cidade, a sua vocação e alterações ocorridas na legislação municipal.

A literatura científica demonstra a existência de diferentes formas de intervenção no espaço urbano a exemplo da renovação urbana, preservação urbana e reinvenção urbana. Contudo, tais formas de intervenção possuem peculiaridades que podem ser constatadas a partir das modificações efetivadas no espaço urbano. Desta forma, chega-se ao seguinte

questionamento: quais formas de intervenção no espaço urbano podem ser identificadas no bairro Rebouças a partir da alteração do zoneamento industrial?

O objetivo do presente artigo é conhecer as transformações urbanas derivadas da mudança de zoneamento industrial no espaço urbano ocupado pelo bairro Rebouças em Curitiba-PR. Além disso, serão examinadas as principais intervenções ocorridas no espaço urbano considerando a evolução histórica do bairro, bem como a legislação pertinente.

Justifica-se a elaboração da pesquisa em razão da relevância do tema discutido. As transformações urbanas nas cidades ocorrem frequentemente e merecem especial atenção no que se refere a programas de revitalização. Este estudo possibilita compreender o contexto histórico que envolve o bairro Rebouças em Curitiba, as características do zoneamento industrial, bem como do zoneamento comercial e residencial, a importância do comércio, do fomento e respeito à cultura e das alterações na paisagem da região. Assim, este artigo pode servir de subsídio teórico e documental para fins acadêmicos e consulta da sociedade em geral.

Este artigo está estruturado nas seguintes seções correspondentes a descrição da metodologia científica, desenvolvimento, e, por fim, as considerações finais.

METODOLOGIA CIENTÍFICA

Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois, foi elaborada com base na “bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo” e documental a partir da coleta de dados por meio de livros, revistas, jornais, legislação, em meio físico e eletrônico, incluindo sites institucionais, publicações científicas ou não. Aplicou-se o método dedutivo, ou seja, “se todas as premissas são verdadeiras, a conclusão deve ser verdadeira, ou ainda, toda a informação ou conteúdo fatural da conclusão já estava pelo menos implicitamente nas premissas.” (LAKATOS e MARCONI, 2005, p. 93; 185).

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois, busca descrever, interpretar analisar as características das transformações urbanas nas cidades derivadas de mudança de zoneamento industrial. Também pode ser classificada como exploratória na medida em que busca a familiarização com o referido tema. (GIL, 2002, p. 41-42).

TRANSFORMAÇÕES URBANAS

O Estado possui importante papel na transformação do espaço urbano, seja por meio da elaboração da legislação pertinente, seja pela implementação de obras de infraestrutura que venham a modificar um determinado local e atender às necessidades da sociedade. Sob a perspectiva histórica, cabe destacar a classificação de Vargas e Castilho (2015) a respeito dos processos de intervenção no espaço urbano: 1) A Renovação urbana 1950-1970, marcada

pela ideia de demolir e construir para renovar, o chamado “arrasa quarteirão”; 2) A Preservação urbana 1970-1990, caracterizada pela negação do movimento anterior com vistas à preservação e restauração de edifícios históricos; 3) Reinvenção urbana 1980-2000, caracterizada pela transformação do território em mercadoria, contando com a influência de outros fenômenos como a globalização, e ainda, a parceria entre o capital imobiliário e poder público. Cada uma dessas três fases apresentou diferentes características na Europa e Estados Unidos.

Para a política urbana brasileira a reabilitação dos centros possui sentido bem diverso do sentido e da agenda relativos aos processos de revitalização de áreas centrais efetivados em países do Norte. Lá, esses processos de revitalização viabilizaram a ampliação de espaços públicos de qualidade, a implantação de projetos turísticos fundados em equipamentos culturais, entretenimento e gastronomia, além da atração de escritórios inteligentes ligados à gestão de negócios globalizados, características que reposicionaram essas áreas no ranking de competição global entre cidades. Verificou-se, no entanto, o enobrecimento de áreas ou gentrificação, o que acarretou a inviabilização da permanência dos setores mais pobres da população. (BRASIL, 2008, p.28)

De acordo com Vargas e Castilho (2015) intervir nos centros urbanos pressupõe avaliar sua herança histórica e patrimonial, seu caráter funcional, sua posição relativa na estrutura urbana, mas, principalmente, precisar o porquê de se fazer necessária a intervenção, normalmente a partir da identificação de um claro processo de deteriorização. Ressalta-se que os conceitos de deterioração e degradação urbana estão associados à perda de sua função, dano ou ruína das estruturas físicas, rebaixamentos do valor das transações econômicas de um determinado lugar.

A partir da década de 1980, as ações em sítios com preexistências significativas introduzem o reconhecimento de valor histórico e cultural. Essa nova postura em relação ao meio ambiente construído indica uma atitude crítica em relação às práticas precedentes de demolição de extensas áreas da cidade, para fins de expansão e/ou substituição de usos e edificações. Os planos urbanísticos passam a ganhar denominações sempre acompanhadas do prefixo “re” – reabilitação, revitalização, entre outras. A variedade na terminologia aplicada às práticas urbanas evidencia um elenco de metáforas. Investigar suas origens e significados no tempo são questões relevantes para a compreensão do modo como essas diversas intervenções vêm sendo aplicadas. (VASCONCELOS; MELLO, 2015, p. 61)

Segundo Brasil (2008), os “planos de revitalização” são justificados em razão do enorme estoque imobiliário presente nas cidades brasileiras, associado à deterioração de áreas públicas. São efetivados por meio de ações de desapropriação e demolição em massa associadas ao grande capital imobiliário, a conhecida política do “arrasa quarteirão”.

Para efetivar as intervenções urbanas, via de regra, o Estado faz uso de um instrumento chamado zoneamento, cuja finalidade é dividir a cidade em diferentes áreas sobre as quais incidem normas de uso e ocupação do solo:

“Zoneamento é a divisão do território urbano do município em setores ou zonas, definindo áreas para atividades industriais, comerciais, de serviço, habitação, bem como a utilização racional do sistema viário, da topografia e

das bacias hidrográficas, objetivando a ocupação e o adensamento diferenciado do espaço urbano” (BERNARDI, 2002. p. 330).

De acordo com o art. 30, inciso VIII, da Constituição Federal, compete aos Municípios: “promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano”. Assim, o zoneamento deve estabelecer critérios para ocupação do solo a partir de legislação elaborada pelo município, sem perder de vista o regramento contido no plano diretor. A partir disso, podem ser criados programas de renovação, reabilitação, revitalização, dentre outros instrumentos capazes de promover transformações de espaços urbanos.

O bairro Rebouças, objeto do presente estudo, exige uma análise anterior à edição da Carta Magna vigente, a fim de que seja possível examinar suas características históricas incluindo a formação e desenvolvimento da região enquanto Distrito Industrial, e posteriores alterações relativas ao zoneamento e os processos de intervenção urbana ocorridos.

HISTÓRICO DO BAIRRO REBOUÇAS – DISTRITO INDUSTRIAL

Sob a perspectiva histórica é possível afirmar que a região ocupada pelo bairro Rebouças passou a ganhar importância a partir da construção da Estrada de Ferro Curitiba x Paranaguá no final do século XIX. O bairro foi configurado como região industrial da cidade em razão da facilidade de chegada de matéria-prima e escoamento de produção do porto de Paranaguá, além de contar com engenhos de erva mate, cervejarias, fábrica de fósforos, construtoras e madeireiras (FERRARA, 2007 p.184).



Figura 1: Estação Ferroviária
Fonte: Baracho (2000)

De acordo com o Boletim Informativo da Casa Romário Martins: “Para direcionar, de alguma forma, a expansão da cidade, projetou-se uma estação ferroviária que deveria ocupar um espaço estratégico, no final da Rua da Liberdade (atual Barão do Rio Branco, então uma travessa carente de benfeitorias), local relativamente afastado do centro comercial, em região pouco habitada, mas de fácil acesso” (BARACHO, 2000, p. 2-3). No entanto, somente com a edição do Decreto Municipal nº 774 em 1975 é que a delimitação e denominação oficiais do Rebouças foram criadas. Até então a mesma área estava distribuída entre os bairros Iguaçu, Capanema, Nossa Senhora da Luz e Prado (FENIANOS, 2002).

Segundo Baracho (2000, p.4), “Por meio de leis municipais, o poder público passou a interferir, de forma mais direta e frequente, na organização do espaço urbano, planejando e fiscalizando a expansão da cidade segundo orientações de técnicos, engenheiros, médicos”. Verificou-se, a partir de 1905, um regramento proibindo a construção de casas de madeira em determinadas áreas, medida essa que foi estendida para toda a área central no ano seguinte. A autora emenda que:

“a legislação municipal da época definiu, como áreas industriais as regiões do Portão e do atual Rebouças, localizadas nas proximidades da estrada de ferro, o que facilitaria tanto a chegada de matéria-prima como o escoamento da produção. Junto às fábricas deveriam se estabelecer as famílias operárias, evitando-se, dessa forma uma maior concentração de habitantes no centro”. (BARACHO, 2002, p. 4-5)

Importante destacar que o zoneamento somente se consolidou como instrumento e técnica semelhante à configuração atual em meados do século XIX. As aplicações práticas capazes de disciplinar o crescimento da cidade iniciaram-se no final daquele século e, mais intensamente, no início do século XX.

Em 1930 foi realizada no Rio de Janeiro a primeira experiência de porte de plano urbanístico com visão de conjunto e baseado em zoneamento, de autoria do arquiteto francês Alfred Agache. O mesmo arquiteto desenvolveu um plano para Curitiba no ano de 1943. O Plano Agache, “embora tenha sido apenas parcialmente implantado, deixou suas marcas na cidade. Setores especializados, como o Centro Cívico, continuam claramente definidos em nossa paisagem”. (CURITIBA, 2018, p. 1)

Segundo Ferrara (2007) o Plano de Urbanização desenvolvido por Agache reforçou a vocação do bairro e o denominou como industrial. A partir disso foi possível observar o crescimento do comércio, instalação de hotéis e vilas operárias, além de o Rebouças ter recebido melhoramentos urbanos como calçamento, alinhamento de ruas e retificação dos rios que passam pela região.

De acordo com Curitiba (2018, p. 1), observa-se que com “(...) o Plano Preliminar de 1965 e o Plano Diretor de 1966, Curitiba passa a contar com seu primeiro plano de desenvolvimento integrado, em nosso caso baseado em um tripé formado pelo transporte, sistema viário e uso do solo”. O sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Curitiba ressalta que este formato de planejamento encontra respaldo no zoneamento. Neste sentido, “o zoneamento preconizado no Plano Diretor de 1965 tornou-se a Lei nº 2.828 de 1966, que disciplinou a Zona Central, limitando seu crescimento; estabeleceu os Setores Estruturais, com áreas comerciais e de prestação de serviço expandindo-se linearmente; definiu Zonas

Residenciais e reservou áreas para a expansão urbana”. O Zoneamento foi revisado por meio da Lei nº 3.503/1969 e da Lei nº 4.199/1972.



Figura 2: Bairro Rebouças no início dos anos 1960. Em destaque Fábrica Matte Leão.
Fonte: Fenianos (2002)

O esvaziamento da vocação “industrial” do Rebouças é percebido a partir da criação da Cidade Industrial em 1973. Verifica-se como rastro normativo o Plano Preliminar de Urbanismo de 1966, que previa a transferência da zona industrial da cidade para a região sul, ao mesmo tempo em que alterava o zoneamento do Rebouças para Zona Preferencialmente Comercial. Em termos macroeconômicos no Brasil, na época, o transporte ferroviário passou a ter menor relevância que o transporte rodoviário (a BR 116 cruza a cidade junto à Cidade Industrial). A Lei de Zoneamento e Uso do Solo de 1975, baseada no Plano Serete, que propunha o crescimento linear em eixos estruturais e é a base da forma atual da cidade, setorizou o Rebouças em duas zonas residenciais, e seu núcleo, outrora industrial, em Setor de Recuperação. A alteração da lógica fabril ganhou expressão no plano diretor, e “com a desativação de indústrias ou a sua mudança para a Cidade Industrial, os operários deixaram o bairro, áreas da rede ferroviária foram desativadas e grandes plantas fabris foram esvaziadas, formando manchas silenciosas na cidade”. Assim, a principal característica socioeconômica do Rebouças foi se apagando paulatinamente do imaginário urbano de Curitiba. (FERRARA, 2007, p. 185)

Na primeira revisão foram definidas novas Zonas Residenciais e Comerciais e disciplinando as Zonas de Expansão urbana, e a delimitação do Setor Histórico de Curitiba em 1971. Na segunda revisão buscou-se adequar mais uma vez a expansão urbana às diretrizes do modelo linear de crescimento priorizando “eixos estruturais, que deveriam ser adensados, são equipados com toda a infraestrutura urbana necessária e dotados de um sistema de transporte de massa capaz de atender à demanda da época e a futura” É importante ressaltar que a Lei de Zoneamento exigiu novo ajuste (Lei nº 4.773) com a implantação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC em 1974, pois, constituiu uma zona de expansão urbana. O sistema

viário urbano foi aprimorado por meio de Setores Especiais Conectores, criados com o propósito de garantir a integração da CIC a outros pontos da cidade. No ano seguinte foi editada a Lei nº 5.234/1975 limitando a ocupação e adensamento das zonas residenciais periféricas e incentivando a ocupação das áreas próximas aos setores estruturais. Vale destacar que “junto às ruas utilizadas pelo transporte coletivo nas zonas residenciais, chamadas de coletoras, foi permitida a concentração de atividades comerciais e de prestação de serviços de médio porte”. (CURITIBA, 2018, p. 1)

Quadro 1 – Resumo da legislação que impactou no bairro Rebouças

LEIS E DECRETOS	INFORMAÇÃO PRINCIPAL	OBSERVAÇÕES
Lei nº 2.828/1966	Plano Diretor	Disciplinou a Zona Central, limitando seu crescimento; estabeleceu os Setores Estruturais; definiu Zonas Residenciais e reservou áreas para a expansão urbana.
Lei nº 3.503/1969	Revisou o Zoneamento	Definiu novas Zonas Residenciais e Comerciais e disciplinando as Zonas de Expansão urbana
Lei nº 3.943 /1971	Regulamentou o uso do solo e o sistema viário.	
Decreto 1.160/1971	Delimitou o Setor Histórico de Curitiba.	
Lei nº 4.199/1972	Nova revisão do plano diretor	Procurou adequar a expansão urbana às diretrizes do modelo linear de crescimento (eixos estruturais e infraestrutura urbana para um sistema de transporte de massa).
Lei nº 4.773/1974	Lei de Zoneamento	A implantação da Cidade Industrial de Curitiba - CIC
Lei nº 5.234/1975	Limitou a ocupação e adensamento das zonas residenciais periféricas e incentivou a ocupação das áreas próximas aos setores estruturais.	
Lei nº 901/1980	Criou os Setores Especiais de Habitação de Interesse Social, que mais tarde passariam a ser denominados ZEIs no Estatuto da Cidade.	
Lei nº 6.337/1982	Criou o que ficou conhecido como a Lei do Solo Criado.	Propõe a transferência de potencial construtivo em edificações de valor histórico, cultural ou arquitetônico,



		para outra área da cidade, desde que o patrimônio seja preservado.
Lei nº 7.841/1991	Instituiu incentivo para implantação de Programas Habitacionais de Interesse Social.	
Decreto 380/1993	Criou as Unidades de Interesse Especial de Preservação	
Lei nº 8.353/1993	Criou estímulos à preservação de áreas verdes no município	
Decretos 571 e 572/1998	Setor Especial Linhão do Emprego.	
Lei nº 9.800/2000	Reformulação nas diretrizes de crescimento da cidade, desde a instituição do Plano Diretor de 1966.	

Fonte: Curitiba (2018) - Adaptado pelo autor

Disponível em: < <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historico/2763>>.

A legislação acima compilada teve grande importância nos processos de modificação do bairro Rebouças desde a sua criação, merecendo especial destaque o Plano Diretor de 1966 e a criação da Cidade Industrial de Curitiba – CIC em 1974.

O PROJETO NOVO REBOUÇAS – 2004

Algumas tentativas de disciplinar o crescimento do bairro Rebouças buscando afastar a sua vocação industrial inicialmente estabelecida tomaram forma por meio do Plano Diretor de 1965 e, posteriormente, com a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 1973. Contudo, o esforço em modificar a característica do Rebouças como área fabril e atrair a classe média para o bairro se frustrou em razão da crise mundial desencadeada em meados de 1975. Embora tenha uma localização estratégica na cidade a região tornou-se degradada e não recebeu muitos investimentos do Poder Público desde a década de 1970. Nos anos de 2003 e 2004 houve uma tentativa de revitalização do Rebouças baseada na ideia central de transformar a área num polo de cultura e entretenimento, visando, ainda, expansão do setor imobiliário, devidamente regulamentada pelo Decreto nº 223/2003, cujo texto dispunha sobre a área de abrangência do Setor Especial Novo Rebouças, estabelecia condições para o licenciamento de atividades econômicas e definiu as seguintes prioridades:

- a) A necessidade de implantação e controle da diversidade das atividades econômicas;

- b) A necessidade de garantir espaços de entretenimento, lazer e cultura;
- c) A necessidade de assegurar e incentivar a implantação do projeto Novo Rebouças.

Considera-se que o processo de revitalização do Rebouças teve como marco inicial a construção do Shopping Estação Plaza, atualmente denominado Shopping Estação, ocorrido em período anterior à edição do decreto citado, conforme descreve Medeiros,

“Antes mesmo do plano de revitalização previsto para o Bairro Rebouças (Decreto Municipal n.º 223 de 2003), a área recebeu um grande equipamento então único na cidade. Na década de 1990 iniciaram-se as tratativas para a realização do empreendimento que mudaria os rumos do prédio da estação e alteraria o perfil da região. O terreno, valioso espaço para a integração da área central com os bairros da zona sul da cidade, foi arrendado pelo grupo Moro – Casa Construção para a execução do projeto “Estação Plaza Show”. A parceria foi realizada pela iniciativa privada, com a intermediação do município e a concessão por 20 anos do terreno pertencente à extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA), onde se encontra a estação ferroviária. O empreendimento incorporaria a área tombada (1976) ao novo projeto: um centro de lazer e entretenimento com bares, restaurantes, lojas e cinemas”. (MEDEIROS, 2011, p. 141)



Figura 3: Fachada preservada da Estação Ferroviária. Ao fundo Shopping Estação.

Fonte: <http://brasilimperdivel.tur.br/wp-content/uploads/2011/05/Curitiba-Shopping-Estacao.jpg>

Além da construção do Shopping Estação, o processo de revitalização do bairro também foi marcado pela reforma do Moinho Paranaense, executada a partir de 2001. O prédio passou a ser chamado de Moinho Novo Rebouças, porém, não foi anunciado como um local para atividades ligadas a cultura, mas como "projeto-âncora" que iria induzir o processo de revitalização do Rebouças capaz de atrair para a região uma série de outros investimentos ligados a cultura, lazer e entretenimento. A partir da reabertura do Moinho, a "vocação" do bairro passaria de industrial para "polo cultural da cidade". (GUSSO, 2004, p. 34)

De acordo com Reurb (2016)¹, por meio de nova tentativa, o Decreto Municipal 223/2003 criou o projeto Novo Rebouças, dividindo o bairro em três zonas, de modo a garantir música alta, bares, oficinas e ateliês. Tomou-se como exemplo bairros industriais que se transformaram em bairros culturais, à moda do SoHo (South of Huston) de Nova York. Ressalta-se que quantidade significativa das fábricas se foi do Rebouças nos anos 70, mas o setor de serviços não. Apesar de restrições à poluição, nenhum industrial se viu obrigado a mudar para a CIC. Este cenário persiste até os dias atuais.

Conforme Medeiros (2011, p. 139-140) observa-se que foram editados dois importantes decretos atinentes ao Novo Rebouças dignos de registro: 1) o Decreto municipal nº 625/2004, que regulamentou a Lei Municipal no. 9.803/2000 definindo uma fórmula de cálculo de transferência de potencial dos imóveis envolvidos em trocas; 2) O Decreto nº 1.309/2005 que definiu as instalações do antigo Moinho Paranaense como sede da Fundação Cultural de Curitiba (FCC), como parte da estratégia do município em estimular as novas ocupações do bairro e conseqüentemente mudar o seu perfil. Contudo, o incentivo proporcionado pela legislação citada com benefícios para a área, não foi capaz de garantir um desenvolvimento continuado e a área ainda se caracteriza como espaço urbano subutilizado.

No período compreendido entre 2001 a maio de 2004, quando foi administrado pela Fundação Cultural de Curitiba, o Moinho Paranaense recebeu apenas 20 eventos. "As obras parciais e a esporadicidade do calendário não conseguiram firma-lo como marco cultural e núcleo da reconversão do Novo Rebouças". (FERRARA, 2007, p. 195)

TRANSFORMAÇÕES POSTERIORES AO NOVO REBOUÇAS

Depois da tentativa frustrada de revitalização do Rebouças promovida a partir do início de 2001, verificou-se quatro importantes transformações na região ocorridas com o início da década seguinte: a construção de um templo da Igreja Universal do Reino de Deus no lugar da antiga fábrica da Matte Leão; a transferência do campus do Instituto Federal do Paraná - IFPR para o terreno que abrigava a fábrica da Mate Real; um campus da Universidade Federal do Paraná - UFPR instalado em terreno cedido pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA); e o Vale do Pinhão, ecossistema de inovação de Curitiba sediado no Engenho da Inovação, antigo Moinho Rebouças.

1

http://www.sinepepr.org.br/sinepe_on_line/2016/fevereiro/Projeto_Piloto_Prado_Velho_Reboucas_2016.pdf



Figura 4: Igreja Universal do Reino de Deus, Curitiba-PR
Fonte: Gazeta do Povo (2017)²

Em 2011 ocorreu o caso de grande repercussão “envolvendo o patrimônio industrial curitibano, a demolição de grande parte da fábrica Leão Júnior S/A, trouxe à tona a omissão dos órgãos de planejamento urbano da cidade, que teve sancionada uma Lei municipal de tombamento apenas em março de 2016” (PEREIRA, 2016, p. 9). A autora ressalta que a Igreja Universal do Reino de Deus adquiriu a área que abrigava a fábrica Matte Leão sem o compromisso de preservação do edifício de inegável importância histórica para Curitiba:

“Marco do ápice da indústria ervateira paranaense, a fábrica fundada por Agostinho Ermelino de Leão em 1901 ocupou diferentes localidades até finalmente se estabelecer em definitivo no grandioso complexo fabril construído na avenida Getúlio Vargas. Após décadas de atividade, a venda da indústria para um multinacional acarretou a transferência de sua sede para a região metropolitana de Curitiba, esvaziando de função o edifício que já não atendia às demandas de produção industrial do mate. A localização privilegiada em relação ao centro da cidade e a extensão do terreno – 16,3 mil metros quadrados – fizeram da área, apesar de considerada pelo

² <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/parana/perto-da-inauguracao-universal-nao-fez-obras-para-compensar-impactos-do-novo-templo-37umvxp3pozwbh109p23c9f54/>

município como unidade de interesse patrimonial, mercadoria de uma transação milionária com a Igreja Universal do Reino de Deus, que, desobrigada a preservar o edifício histórico, levou ao chão o edifício histórico para dar lugar a seu novo templo. Do complexo, restou apenas uma construção menor, com características *art déco*". (PEREIRA, 2016, p. 10)

Em que pese a irreparável perda da Matte Leão, é necessário destacar que o espaço urbano do Rebouças continua sofrendo significativas transformações, a exemplo da aquisição do antigo conjunto fabril da Mate Real pelo Instituto Federal do Paraná - IFPR para a instalação de seu campus em 2011. Foram realizadas readequações dos atuais galpões e edificações de laboratórios que outrora abrigavam a Mate Real. O sítio eletrônico da instituição ressalta que a instalação da empresa Moinhos Unidos Brasil (Mate Real) ocorreu na década de 30, corresponde, portanto, a área de preservação do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de Curitiba, motivo pelo qual "a fachada do prédio será revitalizada, atendendo as orientações do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)"³. (BRASIL, 2013)

Um relevante projeto de resignificação ocorrido na mesma região consiste na operação de um campus da UFPR em edifício que antigamente sediava a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA), mantendo-se a memória do local. Em 2008 a RFFSA cedeu à UFPR a área ocupada atualmente pelo Campus Rebouças, formada pelo "Edifício Teixeira Soares – um prédio de nove mil metros quadrados, que foi restaurado, e pelo anexo A, com dois mil metros quadrados, com biblioteca e salas de aula"⁴. (CURTIBA, 2018)

Outro exemplo recente de transformação urbana é o Vale do Pinhão, sediado no Engenho da Inovação, antigo Moinho Rebouças em Curitiba-PR⁵. Trata-se do Ecossistema de Inovação de Curitiba devidamente apoiado pela prefeitura municipal através da Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação S/A, criada com a finalidade de integrar o ecossistema ao plano de cidade. Ressalta-se que o Vale do Pinhão é composto por diversos atores voltados à inovação como por exemplo: "universidades, aceleradoras, incubadoras, fundos de investimento, centros de pesquisa & desenvolvimento, *startups*, movimentos culturais e criativos, a sociedade, etc". Algumas instituições que compõe o Vale do Pinhão são o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE-PR), a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) e a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMERCIO-PR). Além, disso, o Moinho Rebouças corresponde ao núcleo do projeto "Será bem utilizado, integrando universidades, modais de transportes, tecnologias e cultura". (VALE DO PINHÃO, 2017)

Destaca-se que as ações do Vale do Pinhão estão alinhadas com as estratégias de reurbanização do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, focando

³ <http://reitoria.ifpr.edu.br/ifpr-investe-na-consolidacao-do-campus-curitiba>

⁴ <http://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/novo-campus-da-ufpr-abriga-setor-de-educacao-e-curso-de-turismo/46610>

⁵ <http://www.valedopinheiro.agenciacuritiba.com.br/institucional>

as ações no bairro do Rebouças. Abaixo o estudo preliminar do plano de ocupação do bairro do Rebouças pelo projeto do Vale do Pinhão.



Figura 5 – Engenho da Inovação (antigo Moinho Rebouças) – Vale do Pinhão, Curitiba-PR.
Fonte: Tribuna (2018)⁶

Verifica-se, portanto, que o bairro Rebouças sofreu transformações que alteraram a paisagem urbana de forma significativa, sobretudo nas duas últimas décadas.

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE CURITIBA – 2017

As informações extraídas do sítio eletrônico da Prefeitura de Curitiba demonstram que em 1/8/2018 o prefeito Rafael Greca entregou à Câmara Municipal a Mensagem de Lei 034/2018 com a proposta da nova Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo. Segundo o prefeito, a nova lei representa uma “obra-prima do urbanismo”. “Curitiba voltou a ser Curitiba. Nossa cidade respeita o seu Plano Diretor, mas vai incentivar mais o empreendedorismo, **aumentando as áreas comerciais nas vias coletoras e de serviços e em setores como o Vale do Pinhão**”. (Destacamos)

⁶ <http://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/vale-do-pinhao-ja-apresenta-seus-primeiros-resultados/>

Em Curitiba a qualidade técnica do planejamento, a continuidade das políticas públicas e a adesão da população permitiram a implantação do Plano Diretor na cidade, respeitando-se a função social e a legislação urbanística:

A revisão do Plano Diretor finalizada em 2015 traz agora mais um momento de atualização e aprimoramento da legislação urbanística. (...) Retomado para revisão neste ano de 2017, o Projeto de Lei, então arquivado pela Câmara, foi desmembrado em pelo menos oito propostas que serão encaminhadas ao Legislativo em diversas etapas, após realização de nova consulta pública e apreciação do Conselho da Cidade (Concitiba). Após amplo debate, as proposições devem ser remetidas à Câmara. ⁷(CURITIBA, 2018)

No que tange ao recorte deste estudo e revisão do plano diretor de Curitiba, ressalta-se que na área relativa à Supervisão de Planejamento do Ippuc, que abrange as ações das gerências de Uso do Solo, Transporte, Sistema Viário e de Projetos, “foram destacados processos relativos à revisão da Lei de Zoneamento e estudos da Memória Ferroviária e da Paisagem Urbana e do Bairro Rebouças”.⁸ (IPPUC, 2017, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do bairro Rebouças apresenta importantes transformações urbanas ocorridas com o passar dos anos. Inicialmente o bairro demonstrou sua vocação industrial com a criação da estação férrea no século passado, aliada a instalação de fabricas e industrias na região regulamentadas em seguida pelo zoneamento e Plano Diretor de 1966. Tal característica industrial do Rebouças perdurou por vários anos mesmo após a criação da Cidade Industrial de Curitiba no ano de 1974.

No início dos anos 2000 buscou-se modificar o espaço urbano do Rebouças com a instalação do Shopping Estação na região e, posteriormente, a partir de 2003 com um plano de revitalização que ficou conhecido como Novo Rebouças, cuja finalidade era transformar a região num polo cultural, mudando, assim, a vocação industrial do bairro para uma vocação predominantemente comercial. Contudo, o plano não logrou êxito em função da não finalização de obras e da esporadicidade do calendário cultural explorado no local.

A partir do ano de 2011 observou-se a ocorrência de quatro importantes transformações na região: a construção de um templo da Igreja Universal do Reino de Deus no lugar da antiga fábrica da Matte Leão; a transferência do campus do Instituto Federal do Paraná - IFPR para o terreno que abrigava a fábrica da Mate Real; um campus da Universidade Federal do Paraná - UFPR instalado em terreno cedido pela Rede Ferroviária Federal

⁷ <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historico/2763>

⁸ <http://ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=436&idioma=1&titulo=>

Sociedade Anônima (RFFSA); e o Vale do Pinhão, ecossistema de inovação de Curitiba sediado no Engenho da Inovação, antigo Moinho Rebouças.

Diante das transformações urbanas derivadas da mudança do zoneamento industrial no Rebouças, verifica-se a ocorrência das três formas de intervenção citadas por Vargas e Castilho (2015). A Renovação urbana a partir do chamado “arrasa quarteirão” ficou evidenciada pela construção de um templo da Igreja Universal do Reino de Deus no lugar da antiga fábrica da Matte Leão. As características da Preservação urbana estão presentes em várias das intervenções ocorridas com o passar dos anos, haja vista a preocupação em manter as fachadas históricas inalteradas, mantendo-se a memória da região, a exemplo do Shopping Estação; a transferência do campus do Instituto Federal do Paraná - IFPR para o local originariamente ocupado pela fábrica da Mate Real; o campus da Universidade Federal do Paraná - UFPR instalado em terreno cedido pela Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA). No que tange à Reinvenção urbana, é possível identificar dessa forma de intervenção no Vale do Pinhão, ecossistema de inovação de Curitiba sediado no Engenho da Inovação, ao dar nova destinação ao antigo Moinho Rebouças.

Em razão da mudança da vocação industrial para uma vocação predominantemente comercial, constata-se que, atualmente, o Rebouças possui características diversas da época em que se formou. As transformações urbanas ocorridas e já consolidadas dificilmente permitiriam o retorno do caráter industrial à região. Tendo em vista a revisão do Plano Diretor de Curitiba, cujo texto legal aguarda aprovação pela Câmara Municipal em 2018, recomenda-se a elaboração de futuros estudos científicos com o propósito de examinar o impacto desta nova legislação no Rebouças, e o alinhamento das estratégias de reurbanização do IPPUC com os objetivos de desenvolvimento socioeconômico e cultural da região promovidos pelo Vale do Pinhão.

REFERÊNCIAS

- BARACHO, Maria Luiza Gonçalves. *Rebouças: o bairro na história da cidade*. Boletim informativo da Casa Romário Martins, Curitiba, v.26, n.124, p.1-117, 2000.
- BERNARDI, Jorge. *A organização municipal e a política urbana*. Curitiba: InterSaberes. 2002
- BRASIL. Ministério das Cidades / Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECl. *Manual de Reabilitação em Áreas Urbanas Centrais* / Coordenação geral de Renato Balbim – Brasília: Ministério das Cidades / Agência Espanhola de Cooperação Internacional – AECl, 2008.
- BRASIL. Instituto Federal do Paraná - IFPR. *IFPR investe na consolidação do campus Curitiba*. Publicado em 01/08/2013. Disponível em: <<http://reitoria.ifpr.edu.br/ifpr-investe-na-consolidacao-do-campus-curitiba>>. Acesso em 18 out. 2018.
- CURITIBA. Prefeitura Municipal. *Lei do Zoneamento 2018 - Histórico*. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/historico/2763>>. Acesso em 15 out. 2018.

- FENIANOS, Eduardo Emílio; SADE, Sérgio. *Rebouças: o bairro da harmonia*. Curitiba: Univer Cidade, 2002.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio, Org; Duarte, Fábio, Org; Cactano, Kati Eliana, Org. *Curitiba: do modelo à modelagem*. São Paulo: Annablume; Curitiba: Champagnat, 2007
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.
- GUSSO, Ramon José. *O novo Rebouças: revitalização urbana, cultura e gentrificação (1997-2003)*. Monografia, UFPR, 2004. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/files/2012/06/GUSSO-Ramon-Jos%C3%A9.pdf>>. Acesso em 16 out. 2018.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC. *Ippuc apresenta projetos ao Conselho Administrativo - 03 maio 2017*. Disponível em: <<http://ippuc.org.br/mostrarPagina.php?pagina=436&idioma=1&titulo=>>>. Acesso em 18 out. 2018.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MEDEIROS, Humberto Luiz Fogaça de. *Plano de ação e projetos urbanos: Rebouças, Curitiba, PR*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/96079>>. Acesso em 17 out. 2018.
- PEREIRA, Juliana Regina. MEMÓRIA E INDÚSTRIA: NOTAS SOBRE A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL NO PARANÁ. In: *XV Encontro Regional De História, de 26 a 29 de julho de 2016, na UFPR, Curitiba/PR*. Anais...Curitiba, 2016-07-15 15:28. Disponível em: <http://www.encontro2016.pr.anpuh.org/resources/anais/45/1466387987_ARQUIVO_an_puhpr2.pdf>. Acesso em 17 out. 2018.
- VALE DO PINHÃO. *O que é o Vale do Pinhão*. Disponível em: <<http://www.valedopinhao.agenciacuritiba.com.br/institucional>>. Acesso em 15 out. 2018.
- VARGAS, H. C; CASTILHO, A.L. H de. *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, Editora Manole, 3ª edição, 2015.
- VASCONCELOS, L.M. de; MELLO, M.C.F. de. RE: atrás de, depois de. (p. 61-75). In: *Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri, Editora Manole, 3ª edição, 2015.